

## Apresentação

# Da neutralidade à política

From neutrality to politics  
De la neutralidad a la política

Carlos Eduardo Lopes e Carolina Laurenti

A política sempre foi um tema delicado na psicologia, sobretudo na psicologia científica. Uma das possíveis raízes desse estranhamento entre política e ciência psicológica é a separação entre fatos e valores, típica do pensamento moderno, do qual faz parte a revolução científica dos séculos XVII e XVIII. Nesse contexto, defende-se que a ciência estaria interessada exclusivamente nos fatos, ou, de modo mais preciso, nos enunciados de fato, já que descreveriam o mundo tal como ele realmente é. Por outro lado, campos de conhecimento não científicos, como a ética e a política, estariam interessados em valores ou em juízos de valor. Fica assim patente a discrepância e incompatibilidade entre ciência e política: a ciência formularia enunciados descritivos universais (leis gerais); a política formularia juízos prescritivos particulares. Subjaz a essa diferença a ideia de que as questões científicas seriam isentas dos vieses humanos: a investigação científica debruçar-se-ia sobre o “que é” e não sobre o que o pesquisador “gostaria que fosse”. O conhecimento científico é, portanto, objetivo, entendendo objetividade como sinônimo de neutralidade.

O século XX, com suas duas grandes guerras, que em boa medida foram assessoradas e instrumentalizadas pela racionalidade científica, presenciou uma crescente desilusão com a neutralidade, levando ao questionamento da distinção radical entre fatos e valores. Afinal, o cientista seria completamente desinteressado, desviesado, desencarnado, uma espécie de “ego puro”? E, por outro lado, os interesses econômicos, políticos, sociais não estariam na base da escolha de temas de pesquisa, bem como do financiamento científico? Há, é claro, espaço para resistência, para recusar esses temas, para operar fora das “demandas do mercado”, mas isso é, evidentemente, um posicionamento político. A ciência perde, assim, sua aura de conhecimento asséptico. As análises de Foucault fortalecem a crítica à neutralidade, mostrando o quanto a ciência, sobretudo no caso da psiquiatria, mas também no da psicologia, participou de modo ativo no controle social e na exclusão dos “estranhos” na aurora da modernidade: loucos, criminosos, alcoolistas, homossexuais, histéricas.

As ciências sociais gradualmente incorporaram essa crítica, revidando, em boa medida, as ciências natu-

---

rais, que sempre colocaram em dúvida a cientificidade da sociologia, antropologia e de outros candidatos que dificilmente poderiam ajustar-se às exigências da epistemologia científica moderna. Os defensores dessa epistemologia “hard” reagem, entrincheirando-se ainda mais nos cânones da previsão e controle, do método experimental, do rigor da matemática.

Esse é o cenário em que se desenvolve a análise do comportamento. O movimento behaviorista, visto que surge no início do século XX, posiciona-se claramente ao lado da epistemologia científica moderna, fincando a bandeira no campo das ciências naturais. É ainda cedo para conceber os problemas desse posicionamento tão radical, sobretudo no caso da psicologia. Prova disso é a tranquilidade com que Watson (1924) afirma: “não é função do behaviorista discutir se essas coisas que a sociedade prescreve ajudam ou atrapalham o desenvolvimento ou ajustamento de um indivíduo. . . . Você encontrará, então, o behaviorista trabalhando como qualquer outro cientista. Seu único objetivo é recolher fatos sobre o comportamento” (p. 7). Mesmo depois que Watson sai de cena, por algum tempo a preocupação dos autoproclamados behavioristas será ajustar-se à epistemologia científica e garantir seu lugar no campo científico. As questões desse período giram em torno da pretensão de construção de um sistema psicológico, definindo quais variáveis participarão do estudo do comportamento, o quanto se pode admitir constructos teóricos, qual o modelo de explicação mais adequado e assim por diante.

É somente depois dos anos 1950 que encontramos uma virada nos interesses dos behavioristas. A obra de Skinner é emblemática nesse ponto. As preocupações skinnerianas com questões políticas, embora já estivessem minimamente presentes em *Walden II* (Skinner, 1948/2005), florescem em meados dos

anos 1950 e, a partir daí, fortalecem-se ao ponto de dar origem a um livro dedicado a assuntos sociais, *Beyond freedom and dignity* (Skinner, 1971), e uma coletânea de artigos exclusivamente voltados para essa temática, *Reflection on behaviorism and society* (Skinner, 1978b).

Os textos políticos de Holland fazem parte desse período, mais especificamente da década de 1970, uma época mundialmente conturbada do ponto de vista político – basta lembrarmos dos reflexos de maio de 1968, do embargo norte-americano a Cuba, da ditadura militar no Brasil e em outros países da América do Sul, da corrida armamentista promovida pela Guerra Fria, dos desdobramentos da Guerra do Vietnã, dentre outros exemplos.

Além de Skinner e Holland, outros behavioristas começaram a se preocupar explicitamente com questões políticas. Um marco é a fundação do *Behaviorists for social action*, que passa a publicar um periódico exclusivamente voltado para questões sócio-políticas, cujos textos apresentam o behaviorismo em um *background* claramente de esquerda. Todos esses movimentos e textos mostram que já não há mais espaço para a neutralidade, mesmo no contexto do behaviorismo. É preciso posicionar-se politicamente, pois fica claro que se recusar a fazer isso é também uma posição política, e que tornará o behaviorista “parte do problema”.

## **POLÍTICA E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO BRASIL**

No Brasil, a análise do comportamento chega nos anos 1960, trazida por F. Keller, justamente no período em que se ensaia a implantação dos primeiros cursos de graduação em psicologia no país

(Matos, 1998). Nesse contexto, o papel da análise do comportamento será instruir uma formação científica, nos moldes das ciências naturais. Para tanto, a importação acrítica da epistemologia científica moderna será crucial: é preciso separar fatos de valores, é preciso uma formação que privilegie um estudo rigoroso, o uso do método científico, o controle de variáveis, a ocupação de um laboratório. Na medida em que estávamos engatinhando em termos de formação científica, isso teria que ser priorizado. Surgem os primeiros projetos de criação de um curso de psicologia verdadeiramente científico. Primeiro a USP em São Paulo, depois a UnB em Brasília. O golpe militar acaba com esse sonho. Muitos professores são perseguidos e demitidos, as universidades são sequestradas pelo regime militar, o sentimento de liberdade se esvai. Os primeiros analistas do comportamento brasileiros se espalham: PUCCamp, UEL, USP-RP. Há pouco controle institucional nas contratações e demissões das universidades; alguns professores são indicados diretamente pela reitoria, outros são demitidos sem justificativa plausível. Nesse período conturbado, resta aos analistas do comportamento continuar a fazer ciência, a coletar dados, e a formar novos analistas do comportamento. Tudo isso tentando ignorar, na medida do possível, o indigesto contexto político, sob a pena de ser perseguido, demitido, preso, torturado. É preciso seguir a lição da ciência moderna: separar fato de valor. Na universidade ensina-se como lidar com os fatos, fora do laboratório cada um tem seu posicionamento político (aliás, no caso dos analistas do comportamento da época, predominantemente de esquerda). Mas essas coisas não se misturam. Alguns analistas do comportamento desobedecem, tentam misturar fato e valor, ciência e política, e simplesmente desaparecem das narrativas oficiais.

Parece que ainda vivemos os reflexos dessa história. A evidência disso é a escassez de discussões sócio-políticas na área. Desde os textos de Holland, passando pelas raras discussões contemporâneas, fica claro que não se trata de uma incompatibilidade teórica, ou seja, a análise do comportamento não é irremediavelmente apolítica; ou ainda, não é necessariamente comprometida com uma ideologia conservadora. Ao contrário, são muitas as evidências de incompatibilidade entre elas.

Por que então não vemos uma ruptura? Por que a política não pode ser um assunto presente na literatura analítico-comportamental? Por que ainda há tanto desconforto diante dessa temática? Uma resposta pode ser encontrada na formação dos analistas do comportamento. No contexto da ditadura militar a formação não podia (e não precisava) contemplar a política, pois o cenário exigia *viver* a política. Os tempos são outros e a formação de hoje parece que ainda segue os mesmos moldes de cinquenta anos atrás, mas em um contexto político bastante diferente. Bem ou mal vivemos oficialmente em um regime democrático, o que, paradoxalmente, acentua a necessidade de uma participação política, ao mesmo tempo que a torna mais improvável. Para entender isso basta lembrarmos dos textos de Skinner (e.g. 1955-56/1999, 1977/1978a) a respeito da democracia ocidental: uma forma de governo que substituiu o controle aversivo explícito por formas de controle mais sutis e que, justamente por isso, tornam o contracontrole improvável.

Isso talvez exija que pensemos a formação dos futuros analistas do comportamento em outras bases. É claro que a formação científica é importante, que é inconcebível um psicólogo que sequer saiba ler um gráfico, que o controle de variáveis e o método experimental (e outros métodos científicos) são fer-

ramentas importantes para responder a muitas questões. Mas isso tudo não existe de modo descontextualizado; só tem função em uma sociedade concreta, repleta de problemas sociais e demandas dirigidas à psicologia em geral e à análise do comportamento em especial. O que fazer? O que podemos fazer? O que deveríamos fazer? Talvez essas sejam nossas principais questões: todas claramente políticas.

## A PROPOSTA DO NÚMERO ESPECIAL

Inspirados e instigados por esse cenário, apresentamos à *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTCC) a proposta de um número especial sobre o texto de J. G. Holland, que nos parecia consubstanciar o lugar das questões políticas na análise do comportamento: *Os princípios comportamentalistas servem para os revolucionários?*. A despeito do tema ser espinhoso, o corpo editorial da RBTCC aceitou prontamente o desafio. Uma das ideias iniciais era disponibilizar, neste número, uma tradução para o português do referido artigo de Holland. Para tanto, precisaríamos da autorização do próprio autor. Em vista disso, contatamos o professor Holland e expusemos a ele nossas intenções. Na ocasião desse contato, fomos ainda mais pretensiosos: tratamos não apenas da tradução do artigo, mas também da possibilidade de ele revisar seu próprio texto, passados mais de quarenta anos, e escrever algo a respeito. O professor Holland, sem hesitação, autorizou a publicação da tradução e manifestou contentamento ao saber do interesse de pesquisadores brasileiros sobre esse material. Além disso, brindou-nos com um texto inédito, escrito especialmente para este número.

O contato com o professor Holland também esclareceu alguns pontos sobre o texto que traduziríamos e que seria o mote do número especial. Esse texto

foi apresentado no *II Simposio sobre Modificación de Conducta*, em 1972, no México. A versão em espanhol (*¿Servirán los principios conductuales para los revolucionarios?*) foi publicada um ano depois, como capítulo da coletânea *Modificación de Conducta*, organizada por F. Keller e E. Iñesta (Keller & Iñesta, 1973). No entanto, o texto original era em inglês e só foi publicado em 1974, na versão em inglês do mesmo livro (Keller & Iñesta, 1974). Isso quer dizer que o texto em espanhol, que é amplamente conhecido no Brasil, embora tenha sido publicado primeiro, é uma tradução. Em virtude disso, a tradução para o português que consta no número especial baseia-se no texto original em inglês (*Are behavioral principles for revolutionaries?*), o que tornou possível o esclarecimento de uma série de trechos obscuros da versão em espanhol.

Sabíamos que a organização deste número seria uma tarefa desafiadora. Ao mesmo tempo em que estávamos empolgados com as possibilidades do rico debate que ele poderia propiciar, estávamos apreensivos quanto à adesão da comunidade de analistas do comportamento à proposta. Mas isso foi se atenuando na medida em que os textos chegavam e depois com o curso do processo editorial. Recebemos textos de autores(as) que têm diferentes experiências com a análise do comportamento. Alguns já têm um caminho consolidado de longa data, enquanto outros(as) estão dando seus passos iniciais, ainda que firmes. Há também aqueles que já passaram pela área deixando sua marca, cujas contribuições alguns leitores terão, neste número, a oportunidade de revisitar ou de conhecer. Esses(as) autores(as) também falam de diferentes “lugares” da análise do comportamento; seja da polêmica pesquisa teórico-conceitual, da já madura pesquisa experimental básica, ou da novata análise comportamental da cultura; suas vozes

enriquecem, cada uma a seu modo, a problemática em pauta tornando este número ainda mais especial. Essa pluralidade de perspectivas sugere que a discussão política na análise do comportamento é uma “demanda reprimida”.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos(as) aqueles(as) que tornaram este número possível. À RBTCC por todo o apoio. Ao professor Holland pelas suas inestimáveis contribuições. Aos(às) autores(as) pelas instigantes, provocativas e valiosas reflexões, aos(às) avaliadores(as) *ad doc* pela presteza e qualidade dos pareceres.

Tal como Holland (2015) disse em outra ocasião, esperamos que tais discussões não demorem mais quarenta anos para serem feitas\*.

## REFERÊNCIAS

- Holland, J. G. (2015). James Holland comenta edição especial da RBTCC baseada em seu artigo “Servirão os princípios comportamentais aos revolucionários?”. Mensagem publicada em 22/04/2015 por Gehazi Bispo em *Boletim Contexto* [blog]. Disponível em: <https://boletimcontexto.wordpress.com/2015/04/22/aberta-chamada-para-rbtcc-especial/>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.
- Keller, F. S. & Iñesta, E. R. (Orgs.) (1973). *Modificación de conducta: Aplicaciones a la educación*. México: Trillas.
- Keller, F. S. & Iñesta, E. R. (Orgs.) (1974). *Behavior modification: Applications to education*. New York: Academic Press, Inc.
- Matos, M. A. (1998). Contingências para a análise comportamental no Brasil. *Psicologia USP*, 9(1), 89-100.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Bantam/Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1978a). Human behavior and democracy. In *Reflections on behaviorism and society* (pp. 3-15). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc. (Trabalho original publicado em 1977).
- Skinner, B. F. (1978b). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Skinner, B. F. (1999). Freedom and the control of men. In J. S. Vargas (Ed.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 3-18). Acton, Massachusetts: Copley Publishing Group. (Trabalho original publicado em 1955-56).
- Skinner, B. F. (2005). *Walden two*. Indianapolis: Hackett Publishing Company. (Trabalho original publicado em 1948).
- Watson, J. B. (1924). *Behaviorism*. New York: W. W. Norton & Company, Inc.

---

\* Infelizmente, enquanto o número estava sendo finalizado, o professor Celso Pereira de Sá faleceu, não tendo visto, portanto, seu artigo publicado. Deixamos, então, aqui nossa homenagem póstuma a um dos precursores da articulação entre política e análise do comportamento no Brasil. Suas contribuições para a área e para este número são inestimáveis.